

UM
ESBOÇO DE FILOSOFIA

POR
BERTRAND RUSSELL

TRADUÇÃO
NICHOLAS FERREIRA

CAPÍTULO I

DÚVIDAS FILOSÓFICAS

TALVEZ seja de se esperar que eu comece com uma definição de “filosofia”, mas, com ou sem razão, eu não me proponho a fazê-lo. A definição de “filosofia” vai variar de acordo com a filosofia que adotemos; tudo o que podemos dizer para começar é que há certos problemas, que certas pessoas acham interessantes, e que não pertencem, até o presente momento, a nenhuma das ciências especiais. Estes problemas são todos de modo a levantar dúvidas sobre o que comumente passa para o conhecimento; e se as dúvidas são para serem respondidas, podem sê-las apenas por meios de um estudo especial, o qual denominamos “filosofia”. Portanto, o primeiro passo em definir “filosofia” é a indicação destes problemas e dúvidas, o que é também o primeiro passo no verdadeiro estudo de filosofia. Há alguns, entre os problemas tradicionais da filosofia, que não me parecem emprestarem a si mesmos ao tratamento intelectual, porque eles transcendem nossos poderes cognitivos; eu não devo me preocupar com tais problemas. Há outros, entretanto, sobre os quais, mesmo se a solução final não for possível no presente, ainda há muito que pode ser feito para mostrar a direção na qual a solução deve ser buscada, e o *tipo* de solução que pode com o tempo ser possível.

Filosofia surge de uma tentativa involuntariamente obstinada de se chegar ao real conhecimento. O que passa por conhecimento na vida cotidiana sofre de três defeitos: é pretencioso, vago e autocontraditório. O primeiro passo para a filosofia consiste em se tornar consciente destes defeitos, não para se contentar com um ceticismo preguiçoso, mas para substituir um tipo alterado de conhecimento que deve ser

provisório, preciso e auto-consistente. Há, é claro, outra qualidade que desejamos que nosso conhecimento possua, a saber, abrangência: nós queremos que a área do nosso conhecimento seja o mais extenso possível. Mas isso é um negócio da ciência e não da filosofia. Um homem não necessariamente se torna um melhor filósofo ao conhecer mais fatos científicos; são princípios, métodos e concepções gerais que ele deve aprender da ciência se filosofia é o que o interessa. O trabalho do filósofo é, por assim dizer, no segundo, remover do fato bruto. A ciência tenta coletar fatos em pacotes por meio de leis científicas; estas leis, em vez dos fatos originais, são o material bruto da filosofia. A filosofia envolve um criticismo do conhecimento científico, não de um ponto de vista fundamentalmente diferente daquele da ciência, mas de um ponto de vista menos interessado com detalhes e mais preocupado com a harmonia de todo o corpo das ciências especiais.

As ciências especiais cresceram pelo uso de noções derivadas do senso comum, como coisas e suas qualidades, espaço, tempo e causalção. A ciência em si mostrou que nenhuma dessas noções do senso comum vai servir para a explanação do mundo; mas dificilmente é a província de qualquer ciência especial realizar a reconstrução necessária dos fundamentos. Este tem de ser o trabalho da filosofia. Eu quero dizer, para começar, que eu acredito ser um trabalho de grande importância. Eu acredito que os erros filosóficos nas crenças de senso comum não apenas produzem confusão na ciência, mas também causam danos na ética e política, nas instituições sociais e na conduta da vida cotidiana. Não será parte do meu negócio, neste volume, apontar estes efeitos práticos de uma filosofia ruim: meu trabalho será puramente intelectual. Mas se eu estiver correto, as aventuras intelectuais que estão diante de nós têm efeitos em várias direções que parecem, à primeira vista, bastante remotas de nosso tema. O efeito de nossas paixões sobre nossas crenças forma um sujeito favorito dos psicologistas modernos; mas o efeito

inverso, o de nossas crenças sobre nossas paixões, também existe, apesar de ele não ser como uma psicologia intelectualista antiquada deveria supor. Embora eu não deva discutir isso, faremos bem em ter isso em mente, para que percebamos que nossas discussões talvez tenham implicações em assuntos que estão fora da esfera do puro intelecto.

Eu mencionei há pouco três defeitos em crenças comuns, a saber, que são arrogantes, vagos e autocontraditórios. O negócio da filosofia é corrigir esses defeitos o máximo que puder, sem desperdiçar completamente o conhecimento. Para ser um bom filósofo, um homem deve ter um forte desejo de saber, combinado com grande cautela em acreditar que ele sabe; ele também deve ter perspicácia lógica e o hábito do pensamento exato. Tudo isso, claro, é uma questão de grau. A imprecisão, em particular, pertence, em algum grau, a todo pensamento humano; podemos diminuí-lo indefinidamente, mas nunca podemos aboli-lo completamente. A filosofia, portanto, é uma atividade contínua, não algo em que possamos alcançar a perfeição final de uma vez por todas. Nesse aspecto, a filosofia sofreu com sua associação com a teologia. Os dogmas teológicos são fixos e são considerados ortodoxos como incapazes de melhorar. Os filósofos tentaram com demasiada frequência produzir sistemas finais semelhantes: eles não se contentaram com as aproximações graduais que satisfaziam os homens da ciência. Nisso eles me parecem estar enganados. A filosofia deve ser fragmentada e provisória como a ciência; a verdade final pertence ao céu, não a este mundo.

Os três defeitos que mencionei estão interligados e, ao tomar conhecimento de qualquer um, podemos ser levados a reconhecer os outros dois. Ilustrarei todos os três por alguns exemplos.

Vamos primeiro considerar a crença em objetos comuns, como mesas, cadeiras e árvores. Todos nos sentimos bastante seguros sobre isso na vida cotidiana, e ainda assim

nossas razões de confiança são realmente muito inadequadas. O senso comum ingênuo supõe que eles são o que parecem ser, mas isso é impossível, já que eles não parecem exatamente iguais a quaisquer dois observadores simultâneos; pelo menos, é impossível se o objeto é uma coisa única igual para todos os observadores. Se iremos admitir que o objeto não é o que vemos, nós não podemos sentir a mesma garantia de que há um objeto; esta é a primeira intrusão da dúvida. Entretanto, vamos recuperar rapidamente desse revés, e dizer que é claro que o objeto é “realmente” o que a física diz que ele é.¹ Agora a física diz que uma mesa ou uma cadeira é “realmente” um sistema incrivelmente vasto de elétrons e prótons em rápido movimento, com espaço vazio entre eles. Isso é tudo muito bem. Mas o físico, como o homem comum, é dependente de seus sentidos para a existência do mundo físico. Se você for até ele solenemente e disser, “Você seria tão gentil comigo a ponto de dizer, como um físico, o que uma cadeira realmente é?”, você receberá uma resposta aprendida. Mas se você disser, sem preâmbulo, “Há uma cadeira ali?”, ele responderá, “Claro que há; você não vê?”. Para isso você deveria responder negativamente. Você deveria dizer, “Não, eu vejo certos padrões de cores, mas eu não vejo nenhum elétron ou próton, e você me disse que eles são o que compõe uma cadeira”. Ele pode responder: “Sim, mas um grande número de prótons e elétrons juntos se aparentam como um padrão de cores”. “O que você quer dizer com ‘se aparentam como?’”, você perguntará. Ele está preparado com uma resposta. Ele quer dizer que ondas de luz começam dos elétrons e prótons (ou, mais provavelmente, começam numa fonte de luz e são refletidas por eles), chegam aos olhos, causam uma série de efeitos nos cones e bastonetes, no nervo óptico, e na mente, produzindo, finalmente, a sensação. Mas ele

¹ Eu não estou pensando aqui na física elementar a ser encontrada em livros de escola; estou pensando na física teórica moderna, mais particularmente com relação à estrutura de átomos, sobre os quais eu terei mais a dizer nos capítulos seguintes.

nunca viu um olho, ou um nervo ótico, ou uma mente, mais do que ele viu a cadeira: ele viu apenas padrões de cores que, como ele diz, “se aparentam como” um olho. Quer dizer, ele pensa que a sensação que você tem quando (como você pensa) você vê uma cadeira, tem uma série de causas, físicas e psicológicas, mas todas elas, por sua própria experiência, permanecem essencialmente e para sempre fora da experiência. No entanto, ele pretende basear sua ciência na observação. Obviamente há aí um problema para o lógico, um problema pertencendo não a física, mas para outro tipo de estudo. Este é um primeiro exemplo da forma com que a busca pela precisão destrói a certeza.

O físico acredita que ele infere seus elétrons e prótons do que percebe. Mas a inferência nunca é claramente estabelecida numa cadeia lógica, e, se fosse, ela talvez não pareceria suficientemente plausível para garantir muita confiança. Na realidade, todo o desenvolvimento dos objetos do senso comum a prótons e elétrons foi governado por certas crenças, raramente conscientes, mas existentes em todo homem natural. Estas crenças não são inalteráveis, mas elas crescem e se desenvolvem como uma árvore. Nós começamos acreditando que uma cadeira é como ela aparenta ser, e que ela continua lá mesmo quando nós não estamos olhando. Mas nós percebemos, através de uma pequena reflexão, que estas duas crenças são incompatíveis. Se a cadeira persiste independentemente de ser vista por nós, então deve haver algo além do padrão de cores que nós vemos, porque isso é encontrado como sendo dependente de condições externas à cadeira, como a forma com que a luz se propaga, se estamos usando óculos azuis e assim por diante. Isso força o homem da ciência a considerar a “real” cadeira como a causa (ou uma parte indispensável da causa) de nossas sensações quando a vemos. Então, estamos comprometidos com a causalidade como uma crença a priori, sem a qual não teríamos razão para supor que existe uma cadeira “real”. Além disso, por uma questão de permanência, trazemos a noção de substância: a

cadeira “real” é uma substância, ou coleção de substâncias, possuidora de permanência e o poder de causar sensações. Essa crença metafísica operou, mais ou menos inconscientemente, na inferência de sensações a elétrons e prótons. O filósofo deve arrastar essas crenças para a luz do dia e ver se elas ainda sobrevivem. Muitas vezes, descobrir-se-á que morrem por exposição.

Vamos agora pegar outro ponto. A evidência de uma lei física, ou de qualquer lei científica, sempre envolve memória e testemunho. Temos que confiar tanto naquilo que lembramos ter observado em ocasiões anteriores, quanto no que outros dizem ter observado. Nos primórdios da ciência, às vezes pode ter sido possível dispensar o testemunho; mas muito em breve todas as investigações científicas começaram a ser construídas com base em resultados previamente determinados e, portanto, dependem do que outros haviam registrado. De fato, sem a corroboração do testemunho, dificilmente teríamos muita confiança na existência de objetos físicos. Às vezes as pessoas sofrem de alucinações, isto é, acham que percebem objetos físicos, mas não são confirmadas nessa crença pelo testemunho de outros. Em tais casos, decidimos que estão enganados. É a similaridade entre as percepções de pessoas diferentes em situações semelhantes que nos fazem sentir confiantes na causa externa de nossas percepções; mas, para isso, quaisquer crenças ingênuas que pudéssemos ter tido em objetos físicos teriam se dissipado há muito tempo. Assim, memória e testemunho são essenciais para a ciência. No entanto, cada um deles está aberto a críticas do cético. Mesmo que tenhamos sucesso, mais ou menos, no cumprimento de suas críticas, seremos, se formos racionais, deixados com uma confiança menos completa em nossas crenças originais do que tínhamos antes. Mais uma vez, nos tornaremos menos confusos à medida que nos tornarmos mais precisos.

Tanto a memória quanto o testemunho nos levam à esfera da psicologia. Não irei nesta fase discutir além do ponto

em que é claro que existem problemas filosóficos genuínos a serem resolvidos. Eu devo começar com a memória.

Memória é uma palavra que tem uma variedade de significados. O tipo que me preocupa no momento é a lembrança de ocorrências passadas. Isso é tão notoriamente falível que todo experimentador faz um registro do resultado de sua experiência o mais cedo possível; ele considera a inferência de palavras escritas para eventos passados menos propensos a serem errados do que as crenças diretas que constituem a memória. Mas algum tempo, embora talvez apenas alguns segundos, deve decorrer entre a observação e a criação do registro, a menos que o registro seja tão fragmentário que a memória seja necessária para interpretá-lo. Assim, não escapamos da necessidade de confiar na memória em algum grau.

Além disso, sem memória, não deveríamos pensar em registros que se aplicam ao passado, porque não devemos saber que houve algum passado. Agora, além dos argumentos quanto à falibilidade comprovada da memória, há uma consideração embaraçosa que o cético pode fazer. Lembrar o que ocorre agora não pode possivelmente – ele pode dizer – provar que o que é lembrado ocorreu em algum outro momento, porque o mundo poderia ter surgido cinco minutos atrás, exatamente como era então, cheio de lembranças que eram inteiramente enganosas. Os opositores de Darwin, como o pai de Edmund Gosse, apontaram um argumento muito semelhante, contra a evolução. O mundo, disseram eles, foi criado em 4004 a.C., completo com fósseis, que foram inseridos para testar nossa fé. O mundo foi criado de repente, mas foi feito como teria sido se tivesse evoluído. Não há impossibilidade lógica sobre essa visão. E da mesma forma, não há impossibilidade lógica na visão de que o mundo foi criado há cinco minutos, completo com memórias e registros. Isso pode parecer uma hipótese improvável, mas não é logicamente refutável.

Afora esse argumento, que pode ser considerado fantástico, há razões de detalhamento para sermos mais ou menos desconfiados da memória. É óbvio que nenhuma confirmação direta de uma crença sobre uma ocorrência passada é possível, porque não podemos fazer o passado se repetir. Podemos encontrar a confirmação de um tipo indireto nas revelações dos outros e nos registros contemporâneos. Afora esse argumento, que pode ser considerado fantástico, há razões de detalhamento por ser mais ou menos desconfiado da memória. É óbvio que nenhuma confirmação direta de uma crença sobre uma ocorrência passada é possível, porque não podemos fazer o passado se repetir. Podemos encontrar a confirmação de um tipo indireto nas revelações dos outros e nos registros contemporâneos. Os últimos, como vimos, envolvem algum grau de memória, mas podem envolver muito pouco, por exemplo, quando um relato abreviado de uma conversa ou discurso foi feito na época. Mas, mesmo assim, não escapamos totalmente da necessidade de memória que se estende por um longo período de tempo. Suponhamos que uma conversa totalmente imaginária tenha sido produzida para algum propósito criminoso, devemos depender das memórias das testemunhas para estabelecer seu caráter fictício em um tribunal de justiça. E toda a memória que se estende por um longo período de tempo é muito apta a estar enganada; isso é mostrado pelos erros invariavelmente encontrados em autobiografias. Qualquer homem que se deparar com cartas que escreveu há muitos anos pode verificar a maneira pela qual sua memória falsificou eventos passados. Por essas razões, o fato de não podermos nos libertar da dependência da memória ao construir conhecimento é, *prima facie*, uma razão para considerar o que passa por conhecimento como não muito certo. Todo esse assunto de memória será considerado com mais cuidado nos próximos capítulos.

Testemunhos levantam problemas ainda mais estranhos. O que os fazem tão estranhos é o fato de que o

testemunho está envolvido na construção de nosso conhecimento sobre física, e que, de modo inverso, a física é requerida ao estabelecer a verdade do testemunho. Além disso, o testemunho levanta todos os problemas relacionados com a relação entre mente e matéria. Alguns eminentes filósofos, como Leibniz, construíram sistemas de acordo com os quais não haveria testemunho e, no entanto, aceitaram como verdade muitas coisas que não podem ser conhecidas sem ele. Eu não acho que a filosofia tenha feito justiça a esse problema, mas algumas palavras, eu acho, mostram sua gravidade.

Para nossos propósitos, podemos definir testemunho como ruídos ouvidos, ou formas vistas, análogos àqueles que deveríamos fazer se desejássemos transmitir uma asserção, e acreditados, pelo ouvinte ou observador, serem devido ao desejo de outro alguém de transmitir uma asserção. Tomemos um exemplo concreto: Eu pergunto o caminho ao policial, e ele diz, “quarto para a direita, terceiro para a esquerda”. Ou seja, eu ouço estes sons, e talvez eu veja o que eu interpreto como sendo seus lábios se movendo. Eu assumo que ele tem uma mente mais ou menos como a minha, e proferiu estes sons com a mesma intenção que eu teria se eu tivesse proferido para ele, a saber, para transmitir informação. Na vida cotidiana, tudo isso não é, em nenhum sentido apropriado, uma inferência; é uma crença que surge em nós na ocasião apropriada. Mas se somos desafiados, nós temos que substituir a inferência por crenças espontâneas, e quanto mais a inferência é examinada, mais instável ela parece.

A inferência que tem de ser feita tem dois passos, um físico e um psicológico. A inferência física é do tipo que consideramos há pouco tempo, na qual nós passamos de uma sensação para uma ocorrência física. Nós ouvimos barulhos, e pensamos que eles advêm do corpo do policial. Nós vemos formas se movendo, e interpretamos como sendo o movimento físico de seus lábios. Esta inferência, como vimos anteriormente, é em parte justificada por testemunho; mas

agora descobrimos que isso tem que ser feito antes que possamos ter razão para acreditar que existe algo como testemunho. E esta inferência é certamente por vezes enganada. Lunáticos ouvem vozes que outras pessoas não ouvem; em vez de creditá-los com uma audição anormalmente aguda, nós os bloqueamos. Mas, se às vezes ouvimos sentenças que não procederam de um corpo, por que isso nem sempre acontece? Talvez nossa imaginação tenha evocado todas as coisas que achamos que os outros nos disseram. Mas isso é parte do problema geral de deduzir objetos físicos das sensações, que, por mais difícil que seja, não é a parte mais difícil dos enigmas lógicos relativos ao testemunho. A parte mais difícil é a inferência do corpo do policial para a mente dele. Não quero dizer nenhum insulto especial aos policiais; eu diria o mesmo dos políticos e até dos filósofos.

A inferência para a mente do policial certamente pode estar errada. É claro que um fabricante de cera poderia fazer um policial parecido com a vida e colocar um gramofone dentro dele, o que faria com que ele periodicamente informasse aos visitantes o caminho para a parte mais interessante da exposição na entrada onde ele se encontraria. Eles teriam apenas o tipo de evidência de estar vivo, o que é considerado convincente no caso de outros policiais. Descartes acreditava que os animais não têm mente, mas são apenas autômatos complicados. Os materialistas do século XVIII estenderam essa doutrina aos homens. Mas agora não estou preocupado com o materialismo; meu problema é diferente. Mesmo um materialista deve admitir que, quando fala, quer dizer algo, ou seja, usa palavras como signos, não como simples ruídos. Pode ser difícil decidir exatamente o que significa esta afirmação, mas é claro que isso significa alguma coisa, e isso é verdade para as próprias observações. A questão é: temos certeza de que é verdade as observações que ouvimos, bem como as que fazemos? Ou as observações que ouvimos talvez sejam iguais a outros ruídos, meramente

perturbações sem sentido do ar? O principal argumento contra isso é a analogia: as observações que ouvimos são tão parecidas com as que fazemos que achamos que devem ter causas semelhantes. Mas, embora não possamos dispensar a analogia como uma forma de inferência, ela não é de modo algum demonstrativa e, não raro, nos leva ao erro. Somos, portanto, mais uma vez, com uma razão *prima facie* para a incerteza e a dúvida.

Essa questão do que queremos dizer quando falamos me leva a outro problema, o da introspecção. Muitos filósofos sustentam que a introspecção deu o mais indubitável de todo conhecimento; outros sustentaram que não existe introspecção. Descartes, depois de tentar duvidar de tudo, chegou a "eu penso, logo existo", como base para o resto do conhecimento. O Dr. John B. Watson, o behaviorista, sustenta, ao contrário, que não pensamos, mas apenas falamos. O Dr. Watson, na vida real, dá tanta evidência de pensar como qualquer um, então, se ele não está convencido de que ele pensa, estamos todos em um mau caminho. De qualquer forma, a mera existência de uma opinião como a dele, por parte de um filósofo competente, deve ser suficiente para mostrar que a introspecção não é tão certa como algumas pessoas pensavam. Mas vamos examinar essa questão um pouco mais de perto. A diferença entre a introspecção e o que chamamos de percepção de objetos externos parece estar conectada, não com o que é primário em nosso conhecimento, mas com o que é inferido. Nós pensamos, em dado momento, que estamos vendo uma cadeira; em outro, estamos pensando em filosofia. Ao primeiro damos o nome de percepção de um objeto externo; o segundo chamamos de introspecção. Agora já encontramos razão para duvidar da percepção externa, no sentido pleno de sangue em que o senso comum a aceita. Considerarei mais tarde o que há de indubitável e primitivo na percepção; no momento, vou antecipar dizendo que o que é indubitável em "ver uma cadeira" é a ocorrência de um certo padrão de cores. Mas essa

ocorrência, descobriremos, está conectada comigo tanto quanto com a cadeira; ninguém, exceto eu, pode ver exatamente o padrão que vejo. Há, portanto, algo subjetivo e privado sobre o que consideramos ser percepção externa, mas isso é oculto por extensões precárias no mundo físico. Eu acho que a introspecção, ao contrário, envolve extensões precárias no mundo mental: sem estas, não é muito diferente da percepção externa desprovida de suas extensões. Para deixar isso claro, tentarei mostrar o que sabemos estar ocorrendo quando, como dizemos, pensamos em filosofia.

Suponhamos que, como resultado da introspecção, você chega a uma crença que você expressa nas palavras: "Agora estou acreditando que a mente é diferente da matéria". O que você sabe, além das inferências, em tal caso? Primeiro de tudo, você deve cortar a palavra "eu": a pessoa que acredita é uma inferência, não parte do que você sabe imediatamente. Em segundo lugar, você deve ter cuidado com a palavra "acreditar". Não estou preocupado com o significado dessa palavra em lógica ou teoria do conhecimento; estou preocupado com o que pode significar quando usado para descrever uma experiência direta.

Tanto na introspecção como na percepção externa, tentamos expressar o que sabemos em PALAVRAS.

Chegamos aqui, como na questão do testemunho, sobre o aspecto social do conhecimento. O propósito das palavras é dar o mesmo tipo de publicidade ao pensamento que é reivindicado para os objetos físicos. Várias pessoas podem ouvir uma palavra falada ou ver uma palavra escrita, porque cada uma é uma ocorrência física. Se eu digo a você, "a mente é diferente da matéria", pode haver apenas uma ligeira semelhança entre o pensamento que estou tentando expressar e o pensamento que é despertado em você, mas esses dois pensamentos têm exatamente isso em comum, que eles podem ser expressos pelas mesmas palavras. Da mesma forma, pode haver grandes diferenças entre o que você e eu vemos quando, como dizemos, olhamos para a mesma

cadeira; no entanto, podemos expressar nossas percepções pelas mesmas palavras.

Um pensamento e uma percepção não são assim tão diferentes em sua própria natureza. Se a física é verdadeira, eles são diferentes em suas correlações: quando vejo uma cadeira, outras pessoas têm percepções mais ou menos semelhantes, e pensa-se que todas estão ligadas às ondas de luz vindas da cadeira, ao passo que, quando penso num pensamento, outros podem não estar pensando em algo parecido. Mas isso também se aplica a sentir uma dor de dente, que normalmente não seria considerada um caso de introspecção. No todo, portanto, parece não haver razão para considerar a introspecção como um *tipo* diferente de conhecimento da percepção externa. Mas toda essa questão nos preocupará novamente em um estágio posterior.

Quanto à *confiabilidade* da introspecção, há novamente um completo paralelismo com o caso da percepção externa. O dado real, em cada caso, é imbatível, mas as extensões que fazemos instintivamente são questionáveis. Em vez de dizer: "Estou acreditando que a mente é diferente da matéria", você deveria dizer, "certas imagens estão ocorrendo em uma certa relação umas com as outras, acompanhadas por um certo sentimento". Não existem palavras para descrever a ocorrência real em toda a sua particularidade; todas as palavras, até nomes próprios, são gerais, com a possível exceção de "isto", que é ambíguo. Quando você traduz a ocorrência em palavras, você está fazendo generalizações e inferências, assim como quando você diz "há uma cadeira". Não há realmente nenhuma diferença vital entre os dois casos. Em cada caso, o que é realmente um dado é indizível, e o que pode ser colocado em palavras envolve inferências que podem estar equivocadas.

Quando digo que "inferências" estão envolvidas, estou dizendo algo não muito preciso a menos que seja cuidadosamente interpretado. Em "ver uma cadeira", por exemplo, não apreendemos primeiro um padrão colorido e,

em seguida, passamos a deduzir uma cadeira: a crença na cadeira surge espontaneamente quando vemos o padrão colorido. Mas essa crença tem causas não apenas no presente estímulo físico, mas também em parte na experiência passada, em parte nos reflexos. Nos animais, os reflexos desempenham um papel muito importante; nos seres humanos, a experiência é mais importante. O bebê aprende lentamente a correlacionar toque e visão, e esperar que os outros vejam o que ele vê. Os hábitos que são assim formados são essenciais para a nossa noção adulta de um objeto como uma cadeira. A percepção de uma cadeira por meio da visão tem um estímulo físico que afeta diretamente apenas a visão, mas estimula ideias de solidez e assim por diante, através da experiência inicial. A inferência pode ser chamada de "psicológica". Uma inferência desse tipo é evidência de correlações passadas, por exemplo, entre o toque e a visão, mas podem estar equivocadas no presente caso; você pode, por exemplo, confundir um reflexo em um espelho grande com outro quarto. Da mesma forma, nos sonhos, fazemos inferências fisiológicas equivocadas. Não podemos, portanto, sentir certeza em relação a coisas que são nesse sentido inferidas, porque, quando tentamos aceitar o maior número possível delas, somos obrigados a rejeitar algumas por causa da autoconsistência.

Chegamos há pouco ao que chamamos de "inferência fisiológica" como um ingrediente essencial na noção de senso comum de um objeto físico. Inferência fisiológica, na sua forma mais simples, significa isto: dado um estímulo S , ao qual, por um reflexo, reagimos por um movimento corporal R , e um estímulo S' com uma reação R' , se os dois estímulos são frequentemente experimentados juntos, S produzirá com o tempo R' .² Quer dizer, o corpo agirá como se S' estivesse presente. A inferência fisiológica é importante na teoria do conhecimento, e eu terei muito a dizer sobre isso em um

² Por exemplo, se você ouvir um barulho agudo e ver um brilho intenso simultaneamente, com o tempo, o barulho sem a luz fará com que as pupilas se contraíam.

estágio posterior. Por ora, mencionei isso em parte para evitar que ele seja confundido com a inferência lógica, e em parte para introduzir o problema da indução – sobre o qual devemos dizer algumas palavras preliminares nesse estágio.

A indução levanta talvez o problema mais difícil em toda a teoria do conhecimento. Toda lei científica é estabelecida por seus meios e, no entanto, é difícil entender por que devemos acreditar que ela seja um processo lógico válido. A indução, em sua essência pura, consiste no argumento de que, porque A e B foram frequentemente encontrados juntos e nunca foram separados, portanto, quando A for encontrado novamente, B provavelmente também será encontrado. Isso existe primeiro como uma "inferência fisiológica" e, como tal, é praticado por animais. Quando começamos a refletir, nos encontramos fazendo induções no sentido fisiológico, por exemplo, esperando que a comida que vemos tenha um certo tipo de sabor. Muitas vezes, só nos conscientizamos dessa expectativa ao decepcioná-la, por exemplo, se considerarmos o sal como se fosse açúcar. Quando a humanidade adotou a ciência, eles tentaram formular princípios lógicos que justificassem esse tipo de inferência. Discutirei essas tentativas em capítulos posteriores; por enquanto, direi apenas que me parecem muito malsucedidas. Estou convencido de que a indução deve ter algum tipo de validade em algum grau, mas o problema de mostrar como ou por que ela pode ser válida permanece sem solução. Até que seja resolvido, o homem racional duvidará se sua comida o nutrirá e se o sol nascerá amanhã. Eu não sou um homem racional nesse sentido, mas no momento pretendo fingir ser. E mesmo que não possamos ser completamente racionais, provavelmente todos seremos melhores para nos tornarmos um pouco mais racionais do que somos. Na estimativa mais baixa, será uma aventura interessante ver para onde a razão nos levará. Os problemas que temos levantado não são novos, mas são suficientes para mostrar que nossas visões cotidianas do mundo e de nossas

relações com ele são insatisfatórias. Temos perguntado se sabemos isto ou aquilo, mas ainda não perguntamos o que é "saber". Talvez possamos descobrir que tivemos ideias erradas sobre o conhecimento e que nossas dificuldades crescem menos quando temos ideias mais corretas sobre esse ponto. Acho que faremos bem em começar nossa jornada filosófica por uma tentativa de entender o conhecimento considerado como parte da relação do homem com seu ambiente, esquecendo, no momento, as dúvidas fundamentais com as quais estávamos preocupados. Talvez a ciência moderna possa nos permitir enxergar problemas filosóficos sob uma nova luz. Nessa esperança, examinemos a relação do homem com seu meio ambiente, a fim de chegar a uma visão científica sobre o que constitui o conhecimento.

PARTE I

O HOMEM DE FORA

CAPÍTULO II

O HOMEM E SEU AMBIENTE

SE nosso conhecimento científico fosse completo, deveríamos entender a nós mesmos e ao mundo e nossa relação com o mundo. Assim, nossa compreensão dos três é fragmentária. Por enquanto, é a terceira questão, a de nossa relação com o mundo, que desejo considerar, porque isso nos aproxima dos problemas da filosofia. Descobriremos que nos conduzirá de volta às outras duas questões, quanto ao mundo e a nós mesmos, mas que compreenderemos ambos melhor se considerarmos primeiro como o mundo age sobre nós e como agimos sobre o mundo.

Existem várias ciências que lidam com o homem. Podemos lidar com ele na história natural, como um entre os animais, tendo um certo lugar na evolução, e relacionado a outros animais de maneira verificável. Podemos lidar com ele na fisiologia, como uma estrutura capaz de executar certas funções e reagir ao ambiente de maneiras que algumas, pelo menos, podem ser explicadas pela química. Podemos estudá-lo na sociologia, como uma unidade em vários organismos, como a família e o Estado. E podemos estudá-lo, em psicologia, como ele aparece para si mesmo. Esta última dá o que podemos chamar de uma visão interna do homem, em oposição às outras três, que dão uma visão externa. Ou seja, na psicologia usamos dados que só podem ser obtidos quando o observador e o observado são a mesma pessoa,

enquanto nos outros modos de estudar o Homem todos os nossos dados podem ser obtidos observando-se outras pessoas. Há diferentes maneiras de interpretar essa distinção e diferentes visões de sua importância, mas não pode haver dúvida de que existe tal distinção. Podemos nos lembrar de nossos próprios sonhos, enquanto não podemos conhecer os sonhos dos outros, a menos que nos falem sobre eles. Sabemos quando temos dor de dente, quando nossa comida é muito salgada, quando estamos lembrando de alguma ocorrência passada e assim por diante. Outras pessoas não podem saber de todos esses eventos em nossas vidas da mesma maneira direta. Nesse sentido, todos nós temos uma vida interior, aberta à nossa própria inspeção, mas à de ninguém mais. Esta é sem dúvida a fonte da distinção tradicional de mente e corpo: o corpo deveria ser aquela parte de nós que os outros poderiam observar, e a mente aquela parte que era privada para nós mesmos. A importância da distinção tem sido questionada nos últimos tempos, e eu não acredito que tenha algum significado filosófico fundamental. Mas, historicamente, desempenhou um papel dominante na determinação das concepções a partir das quais os homens partiram quando começaram a filosofar e, por esse motivo, se não por nenhum outro, merece ser lembrado.

O conhecimento, tradicionalmente, tem sido visto de dentro, como algo que observamos em nós mesmos, e não como algo que podemos ver os outros exibindo. Quando digo que algo foi muito visto, quero dizer que essa tem sido a prática dos filósofos; na vida cotidiana, as pessoas têm sido mais objetivas. Na vida cotidiana, o conhecimento é algo que pode ser testado por exames, isto é, consiste em um certo tipo de resposta a um certo tipo de estímulo. Essa maneira objetiva

de ver o conhecimento é, a meu ver, muito mais proveitosa do que a maneira usual na filosofia. Quero dizer que, se quisermos dar uma definição de “saber”, devemos defini-lo como uma maneira de reagir ao ambiente, não como envolvendo algo (um “estado de espírito”) que somente a pessoa que tem conhecimento pode observar. É porque eu sustento essa visão que eu acho melhor começar com o homem e seu ambiente, ao invés de com aqueles assuntos em que o observador e o observado devem ser a mesma pessoa. Saber, como eu vejo, é uma característica que pode ser exibida em nossas reações ao meio ambiente; Portanto, é necessário antes de tudo considerar a natureza dessas reações como elas aparecem na ciência.